



Por uma Melhor Gestão da Coisa Pública

Editorial

Com uma equipa plenamente engajada, surgiu em Abril passado, o primeiro número do nosso jornal eletrónico "Alerta".

Passadas oito edições pode-se considerar que se trata de uma aposta ganha.

O número que agora vos é dado a ler, traz um cunho especial, por retratar, em resumo, aquilo que ao longo desse tempo tem sido as atividades do Tribunal de Contas.

Da sua leitura, conclui-se que se cumpriu o almejado, ou seja, fazer do "Alerta" uma publicação que "pretende dar a conhecer aos Juizes, aos demais Servidores do Tribunal, aos Jurisdicionados, bem como ao público em geral, as suas principais ações, com especial destaque para as matérias discutidas no Plenário, medidas de carácter administrativo, entre outras".

Embora de carácter interno, o "Alerta" tem sido um espaço de reflexão e informação, com a preocupação de proporcionar utilidade prática àqueles que hoje integram o Tribunal de Contas e a todos os que, de algum modo, têm de lidar com a nossa Instituição.

Ao ser distribuído na rede do Estado, o "Alerta" ganhou dimensão, fazendo com que o nosso dever de fiscalização da legalidade das despesas públicas seja hoje melhor compreendido.

Saindo nesta quadra, não poderia deixar de desejar aos funcionários do Tribunal de Contas e leitores do "Alerta" Felizes Festas.

O Presidente,
José Carlos da Luz Delgado

Os acontecimentos que marcaram o Tribunal de Contas no ano de 2012

VII Assembleia Geral dos TC da CPLP



A VII Assembleia Geral das Instituições Superiores de Controlo dos Países de Língua Portuguesa, que teve como palco a Cidade da Praia, foi um dos mais importantes eventos do Tribunal de Contas de Cabo Verde (TC-CV), enquanto entidade organizadora, no ano que está prestes a findar.

Cabo Verde acolheu, na Cidade da Praia, de 24 a 26 de Outubro de 2012, a VII Assembleia-Geral das Instituições Superiores de Controlo da CPLP, reunião que teve repercussões não só para os Tribunais de Contas dos países falantes do português, como também para Cabo Verde, enquanto anfitrião.

A cerimónia de abertura esteve a cargo do Presidente da República, Dr. Jorge Carlos Fonseca, enquanto a sessão do encerramento foi presidida pelo Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Dr. José Maria Neves.

Na ocasião, o Chefe de Estado chamou a atenção para a necessidade de um normativo legal que atualize as competências do Tribunal de Contas de Cabo Verde. Tal desiderato, segundo ele, tem como objetivo abranger os critérios de economicidade, produtividade e conveniência da administração, de modo a se poder enfrentar os desafios que os tempos atuais impõem e responder aos anseios das instituições sujeitas ao seu controlo e da sociedade.

O mais alto magistrado da Nação disse por outro lado, não ter dúvidas de que o TC ocupa lugar de destaque no controlo e utilização dos recursos públicos, assim como um papel pedagógico para permitir aos cidadãos acreditarem no "valor das leis e que o Estado é uma pessoa de bem".

Acrescentou ainda que há a necessidade de se fazer uma reflexão a cerca da imagem que os cidadãos têm dos Tribunais de Contas, identificando-os, muitas vezes, "como um empecilho, uma estrutura burocrática" ou apelidando-os de "Força de Bloqueio".

Referindo-se ao caso de Cabo Verde, o Senhor Presidente da República apontou a obsolescência da legislação como "a maior limitação" do Tribunal de Contas do país. Mostrou-se, porém, convicto que esta situação será ultrapassada.

Importa sublinhar que no encontro da capital cabo-verdiana os relatórios de atividades do Centro de Estudos e Formação (TC Portugal) e da Secretária-geral da organização, abrangendo o período de Outubro de 2010 a Setembro de 2012, foram objeto de apreciação, assim como foi analisada a auditoria realizada às contas do Secretariado Executivo da CPLP relativo ao exercício de 2011 e foi adotado o anteprojecto de metodologia para as auditorias futuras.

A anteceder a reunião deliberativa, o Professor José Pina Delgado, Presidente do Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais, proferiu uma palestra intitulada «A importância do Tribunal de Contas na Consolidação do Estado de Direito, do Estado Democrático, do Estado Social e da República».

Principais conclusões e Recomendações da VII Assembleia Geral

Como pontos de destaque importa salientar, neste âmbito, a adesão da Câmara de Contas de Timor-Leste, como membro de pleno direito da organização, o Plano Estratégico 2012-2016, as finanças da organização, a marcação do terceiro seminário dos Tribunais membros e que se vai realizar em São Tomé e Príncipe em 2013, bem como a escolha da sede da VIIIª Assembleia Geral que terá lugar em Brasília em 2014. Foram ainda objeto de apreciação da Assembleia Geral os relatórios de atividades do Centro de Estudos e Formação (T.C.Portugal) e da Secretária-Geral da organização abrangendo o período de Outubro de 2010 a Setembro de 2012.

Analisou-se também a auditoria realizada às contas do Secretariado Executivo da CPLP exercício 2011, a cargo dos Tribunais de Contas de Angola e de Moçambique, tendo-se adoptado o ante-projecto de metodologia para as auditorias futuras.

Plano Estratégico de 2011- 2016 e seus resultados

O Plano Estratégico 2011-2016, foi objecto de avaliação, tendo-se concluído que 78 por cento das actividades foi cumprido, devendo este índice ao facto de existirem ainda vários projectos em andamento, nomeadamente o Programa de Capacitação dos Auditores que será concluído em 2016. Deste modo, só nesta altura será possível fazer avaliação final.

Os resultados desta avaliação, que consistiu em fazer uma radiografia de todas as ações contidas no Plano, tinha como objectivo saber quais os projetos cumpridos, até agora, e qual a percentagem da sua execução.

Os resultados do Plano de Acção Estratégico ISC/CPLP, segundo a Auditora Coordenadora de Portugal, Eleonora de Almeida, são globalmente positivos, dado

que os Tribunais de Contas dos países africanos de expressão portuguesa souberam tirar proveito sobretudo dos cursos de capacitação oferecidos por Brasil e Portugal.

O sistema de cobrança das quotas anuais dos Tribunais Membros, sob a responsabilidade de Cabo Verde, registou uma na ordem dos 100%. No documento apresentado pela Directora dos Serviços Administrativos e Financeiros, Auditora Principal do Tribunal de Contas de Cabo Verde, Rosa Iolanda Fortes, ficou-se a saber que todos os países têm as suas quotas regularizadas, excepto a Guiné Bissau, encontrando-se também em dia as quotas relativas à OISC/CPLP, como membro associado junto da INTOSAI.

Encerramento dos trabalhos da VII.ª Assembleia Geral

O Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Dr. José Maria Neves defendeu o acto do encerramento a aprovação de uma nova lei de organização e funcionamento do Tribunal de Contas, com vista à sua modernização e melhor controlo das despesas públicas.

Para o Chefe do Governo cabo-verdiano, o reordenamento legislativo do Tribunal de Contas é necessário para aumentar o seu "índice de tecnicidade e de capacitação para dar respostas mais exequíveis às demandas mais exigentes".

Na sua opinião, para que o controlo externo das contas públicas seja "efetivo e mais qualificado" é necessária a aprovação de uma nova lei para substituir a legislação aprovada em 1993.

"Temos de continuar a prestar muita atenção às contas do Estado. É fundamental que o Tribunal de Contas aperfeiçoe os seus mecanismos de análise, de modo a melhorar o seu auxílio ao Parlamento na análise minuciosa e rigorosa das Contas do Estado", sublinhou o Primeiro Ministro, para quem os resultados obtidos na VII Assembleia Geral das OISC-CLPL, constituem um marco no fortalecimento global da construção e qualificação do Estado de Direito Democrático nos países de língua portuguesa.

A imperatividade de um novo normativo legal para o Tribunal de Contas



O Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde, Dr. José Carlos Delgado, também entende que a Instituição que preside deve ser dotada de um novo normativo legal tendo em conta os desafios que atualmente a mesma enfrenta.

Segundo ele, tal enquadramento legal visa adequar o Tribunal às necessidades do país e da sociedade, de forma a melhor contribuir para que a boa governação no arquipélago seja cada vez mais sólida, como é desejo de todos.

José Carlos Delgado fez estas declarações durante o encerramento da VII Assembleia Geral das OISC-CLPL, cujas conclusões e recomendações, segundo ele, vão assumir "especial relevância" para o futuro das instituições de contas da CPLP.

Declaração da Praia.

No final dos trabalhos da VII Assembleia Geral das OISC-CLPL foi apresentado um documento intitulado Declaração da Praia, que explana as recomendações e as conclusões saídas dos dois dias do debate, que decorreram sob o lema "As melhores Práticas de Auditorias Adotadas pelas ISC da CPLP".

Na ocasião, foi também apresentada uma moção de louvor ao Secretário-Geral da OISC CPLP, pela forma empenhada como vem desenvolvendo as suas funções.

Atelier sobre o Sistema de Avaliação de Desempenho do TC Cabo Verde



O Tribunal de Contas atento à sua missão de organização e necessidades de gestão, decidiu pelo desenho de um sistema de avaliação de desempenho próprio (Sistema de Avaliação de Desempenho do Tribunal de Contas de Cabo Verde / SAD) resultante da natureza do serviço que presta, bem como a correspondente estratégia de gestão de recursos humanos.

Para a correta implementação do SAD é fundamental a capacitação dos seus utilizadores, conforme recomendações do Balanço de Competências, associado aos Planos de Desenvolvimento Individuais. Para o efeito, realizou no dia 13 de Outubro, na cidade da Praia, um atelier em que foram facilitadoras as Dras. Helena Curado Tolentino – Consultora, e Dulcelina Correia Silva, Auditora da Unidade de Recursos Humanos do Tribunal de Contas. No exercício das suas atribuições, o Tribunal de Contas, aprovou o Plano Estratégico de Desenvolvimento Institucional, para o período 2012-2015, o qual aponta medidas para a superação dos constrangimentos que condicionam a sua actuação.

Outros acontecimentos

Representante do Ministério Público visita França

No quadro do Projecto da cooperação francesa FSP - apoio à consolidação da governação democrática de Cabo Verde - o Dr. João Pinto Semedo, representante do Ministério Público junto do Tribunal de Contas de Cabo Verde, efectuou uma visita de estudo de uma semana à França.

Durante a missão, visitou a Chambre Regional des Comptes de Bourgogne, sediada em Dijon, onde foi recebido pelo seu Presidente, M. Roberto Schmidt, Conseiller Référendaire à la Cour des Comptes, e teve ainda encontro de trabalho com o Procurador Financeiro, Thierry Farenc.

Plano Estratégico 2012-2015 do Tribunal de Contas

O II Plano Estratégico - 2012-2015 (PE-2012-2015) do Tribunal de Contas foi aprovado em sessão plenária do dia 16 de Fevereiro. Este documento fundamenta-se nas orientações do Programa do Governo para a VIII Legislatura (2011-2016) no que concerne à promoção da boa governação, transparência na gestão da coisa pública e reforço da função de controlo do Estado, com vista a assegurar uma administração eficaz e eficiente.

Este instrumento de gestão foi fruto do balanço do PE 2007-2010, do diagnóstico interno e externo do ambiente que regula a actuação do Tribunal de Contas e de uma ampla participação quer da equipa interna do TC-CV, quer dos magistrados consultores de Portugal e França.

O II PE orienta a actuação do TC-CV durante o período de execução 2012/2015, no sentido de superação dos constrangimentos que condicionam a sua actuação enquanto verdadeira Instituição Superior de Controlo, em cumprimento das recomendações da INTOSAI e da ISSAI (International Standards of Supreme Audit Institutions).

Quadros do TC-CV em Formação sobre procedimentos do FED

Quadros do Tribunal de Contas de Cabo Verde capacitam-se em procedimentos do Fundo Europeu para o Desenvolvimento (FED) em dois ciclos de formação, sendo um no domínio de procedimentos financeiros e adjudicação de contratos, e outro no âmbito das operações resultantes da administração directa de orçamentos e programas.

Delegação do Tribunal de Contas visita Portugal

Uma equipa do Tribunal de Contas de Cabo Verde, liderada pelo coordenador geral, Dr. João da Cruz Silva, esteve em Portugal para uma visita de estudos ao Tribunal de Contas desse país. Durante a missão, a equipa teve a oportunidade de partilhar experiências e conhecimentos tanto no campo da fiscalização prévia como no da Auditoria da Contabilidade.

Núcleo de Seguimento do SIM em reunião

O Núcleo de Seguimento do Sistema de Informação Municipal (SIM), composto por técnicos de várias instituições com fortes ligações à administração local, do qual faz parte o Tribunal de Contas, reuniu-se durante dois dias, em São Vicente, com o objetivo de se inteirar das funcionalidades do SIM, identificar eventuais insuficiências e elaborar um plano de ação para a harmonização e resolução das dificuldades detetadas.

Nessa reunião, em que participaram, além dos representantes do NOSI, do Ministério das Finanças, da Direcção Geral de Administração Local e de algumas câmaras municipais do país, foram analisados e discutidos os seguintes pontos, que faziam parte da agenda de trabalho:

- Identificar as insuficiências existentes;
- Identificar propostas de solução e ações a serem desenvolvidas;
- Fixar cronograma das ações;

França financia formação no âmbito do Comité de Pilotagem

Foram organizados no quadro dos projetos financiados pela França ações de formação para um grupo de 15 auditores do Tribunal de Contas. Esta formação realizou-se no quadro da Capacitação dos Auditores para a apresentação de Instruções de Prestação de Contas aos jurisdicionados.

Tribunal de Contas instala Secretaria Judicial

O Tribunal de Contas iniciou em Maio as ações constantes do "Projecto de Apoio Institucional ao Tribunal de Contas para o Reforço da Capacidade Fiscalizadora da Máquina Pública".

Neste âmbito, o Tribunal de Contas reforçou a equipa da mesma com mais três técnicos, sendo um magistrado, um técnico superior e um oficial de diligências.

Juiz José Pedro Delgado representa TC em Lomé

A convite da Célula África do Banco Mundial para a Gestão Financeira e da Associação das Comissões Parlamentares de Contas Públicas da África Ocidental (WAAPAC), o Tribunal de Contas de Cabo Verde, na pessoa do Juiz Conselheiro, Dr. José Pedro Delgado, em substituição do Meritíssimo Juiz-Presidente, Dr. José Carlos Delgado, participou, de 19 a 21 de Junho, em Lomé – Togo, num Ateliê subordinado ao tema: "O Controlo e a Imputabilidade das Finanças Públicas", destinado aos presidentes e vice-presidentes das referidas comissões, secretários gerais e altos funcionários dos parlamentos, bem como aos presidentes das instituições de controlo e auditoria externas das contas públicas.

Este importante evento reuniu, além de altos representantes e especialistas do Instituto do Banco Mundial para a Governação, representantes do Secretariado da Conselho Regional para Formação das Instituições Superiores de Controlo das Finanças Públicas da África Sub-Saheliana de língua francesa – CREFIAF, da Fundação Africana para Criação de Capacidades – ACBF e mais de sete dezenas de parlamentares e representantes dos Tribunais e Câmaras de Contas, bem como de Auditorias Gerais de doze países da CEDEAO e de um país asiático, o Butano.

Este Ateliê, que abrangeu três dias intensivos de trabalho, tinha entre os vários objetivos partilhar a experiência regional e global sobre o papel do parlamento na gestão das finanças públicas e a relação que deve existir com o papel de controlo exercido pelas Instituições Supremas, bem como criar uma rede de contactos úteis entre os países e desenvolver uma visão comum e identificar temas a tratar através da rede WAAPAC nos próximos três anos, a fim de reforçar o papel e o efeito das Comissões de Contas Públicas sobre o controlo do orçamento na África Ocidental.

Visita de estudos ao Tribunal de Contas do Luxemburgo



Os Auditores do Tribunal e Contas, Alice Fonseca e Henrique Silva deslocaram-se ao Luxemburgo, onde durante duas semanas realizaram uma visita de estudos ao Tribunal de Contas daquele país.

Esta deslocação foi efetuada na sequência de uma visita de trabalho que o Presidente do Tribunal de Contas, Dr. José Carlos Delgado efetuou àquele país. Missão do Tribunal Regional de Bourgogne em Cabo Verde

Uma equipa do Tribunal Regional de Contas de Bourgogne visitou o Tribunal de Contas de Cabo Verde de 21 a 28 de Setembro, no âmbito da Cooperação existente entre as duas Instituições.

A missão francesa, que foi chefiada pelo procurador financeiro daquele Tribunal, Sr. Thierry Farenc, teve encontros de trabalho com o Sr. Presidente do Tribunal de Contas de Cabo Verde, Dr. José Carlos Delgado, os Juizes Conselheiros, o representante do Ministério Público junto do TC e demais responsáveis da Instituição.

O Procurador Financeiro Francês, para além das suas reuniões de trabalho com o seu homólogo cabo-verdiano, foi recebido em audiência por S. Ex.ª o Sr. Procurador Geral da República, Dr. Júlio Martins. A equipa foi ainda recebida pelo Sr. Embaixador da França em Cabo Verde e visitou realizações promovidas pela Cooperação Francesa na Praia.

Por outro lado, da agenda de trabalhos com os diversos responsáveis do Tribunal de Contas constaram, entre outros, a discussão de assuntos, como a organização da secretaria judicial e das sessões plenárias do Tribunal, bem assim dos arquivos, devendo-se registar neste quadro a partilha de experiências por parte dos integrantes da missão Francesa quanto ao funcionamento do Tribunal Regional de Bourgogne nestas matérias.

Sessões Plenárias

Durante 2012, o Tribunal de Contas de Cabo Verde realizou 16 sessões plenárias, sendo 11 de julgamento de contas e 5 de apreciação e aprovação de outros instrumentos de gestão e funcionamento internos.

Encontro do Presidente do TC-CV com o GAO

O Presidente José Carlos Delgado teve em Novembro um encontro de trabalho com o Grupo de Apoio Orçamental (GAO) composto, de entre outros, por representantes da União Europeia, Banco Mundial, Luxemburgo e do Banco Africano de Desenvolvimento.

Na ocasião, foi prestada à Missão informações acerca da nova lei de organização e funcionamento do Tribunal de Contas e do acesso do Tribunal ao sistema SIGOF e à próxima entrega ao Parlamento por parte do Tribunal de Contas do Parecer da Conta Geral do Estado referente ao ano de 2010.

Quanto à lei de Organização e Funcionamento referiu às correspondências que vêm sendo trocadas entre ele e a Sr. Ministra das Finanças, havendo, segundo informações, intenção do Governo de fazer a sua entrega no Parlamento no I Semestre de 2013.

Na ocasião o Presidente do Tribunal, Dr. José Carlos Delgado dirigiu palavras de agradecimentos a todos aqueles que têm contribuído na elaboração dos principais instrumentos de divulgação das atividades do Tribunal, nomeadamente o jornal eletrónico Alerta, tendo por outro lado incentivado a todos os funcionários a contribuírem com o seu engajamento e esforço para uma cada vez maior consolidação da nossa Instituição.